



Urnas são lacradas oficialmente

Cerimônia do TSE marca etapa decisiva de segurança e fiscalização a 30 dias do primeiro turno, em 4 de outubro

» DANANDRA ROCHA

A Justiça Eleitoral concluiu, ontem, uma das principais etapas de preparação para as Eleições Gerais de 2026. A 30 dias do primeiro turno, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou a assinatura digital e a lacração dos sistemas que serão utilizados na votação, apuração e totalização dos votos em todo o país.

O procedimento assegura que os programas empregados no pleito permaneçam íntegros e correspondam às versões previamente submetidas a testes e auditorias. Antes da cerimônia, os códigos-fonte dos sistemas passaram pelo processo de compilação, que transforma as instruções escritas em linguagem de programação em arquivos executáveis pelas máquinas.

Com a assinatura digital, são produzidos resumos criptográficos dos programas. Esses códigos funcionam como uma espécie de impressão digital dos sistemas e permitem conferir, posteriormente, se a versão utilizada nas eleições corresponde exatamente àquela analisada e aprovada pela Justiça Eleitoral.

O primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 está marcado para 4 de outubro. Na data, 158 milhões de eleitores estão aptos para escolher presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais.

A cerimônia de lacração das urnas foi acompanhada por representantes das instituições autorizadas a fiscalizar o processo eleitoral. Entre elas estão Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil

Ed Alves/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Presidente do TSE, Nunes Marques, comandou evento marcando a assinatura e a lacração do sistema eleitoral

(OAB), Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União, Polícia Federal e Sociedade Brasileira de Computação, além de outras entidades e órgãos de controle.

Os fiscalizadores também podem desenvolver ferramentas próprias para verificar os sistemas. Esses programas passam pelo mesmo processo de assinatura digital e são incorporados às mídias utilizadas na etapa de lacração.

A lacração representa uma nova camada de proteção nas urnas. Depois de assinados, os sistemas são gravados em mídias não regraváveis, que ficam armazenadas na sala-cofre do TSE. Cópias

são encaminhadas posteriormente aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), responsáveis pelas etapas de preparação das urnas eletrônicas.

Defesa da Constituição

Durante o discurso na cerimônia, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, ressaltou que a missão da Justiça Eleitoral é cumprir a Constituição e não defendeu candidatos. “A Justiça não escolhe vencedores, não interfere na escolha popular e não possui preferência por candidaturas. Nossa missão

é cumprir a Constituição”, afirmou o também ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o magistrado, a assinatura e a lacração oficial dos sistemas representam uma etapa importante para garantir a segurança das eleições. Ele lembrou que essa proteção do processo eletrônico de votação não depende de uma única ferramenta. “A segurança do processo eleitoral não decorre de um único mecanismo, mas sim da combinação de diferentes camadas de proteção, de controles independentes, de procedimentos rigorosos e, sobretudo, da ampla possibilidade de fiscalização”, disse.

Nunes Marques também

ressaltou que a Justiça Eleitoral permite o acompanhamento das diferentes fases do processo por instituições e entidades fiscalizadoras. Ele ainda destacou que a participação externa é fundamental para a credibilidade do sistema.

O presidente do TSE contou que, no início de sua gestão, procurou os dirigentes partidários para ampliar a participação das legendas na fiscalização das urnas. Segundo ele, a iniciativa partiu da compreensão de que “a segurança e a credibilidade do pleito são responsabilidades comuns a todos os atores do processo eleitoral”.

Ao tratar da assinatura digital,



A segurança do processo eleitoral não decorre de um único mecanismo, mas sim da combinação de diferentes camadas de proteção, de controles independentes, de procedimentos rigorosos e, sobretudo, da ampla possibilidade de fiscalização”

Kássio Nunes Marques, presidente do TSE

Nunes Marques destacou o efeito da medida sobre a integridade dos programas. “A partir da aposição das assinaturas digitais, não é mais possível efetuar alterações no sistema”, afirmou. Segundo ele, os mecanismos adotados permitem verificar a autenticidade e a integridade das versões que foram lacradas. Ele ainda ressaltou o papel da Justiça Eleitoral é garantir as condições para que a escolha seja feita pelos eleitores, sem interferência sobre o resultado. “A Justiça não escolhe vencedores, não interfere na escolha popular e não possui preferência por candidaturas”, afirmou.

SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

TALKS CB TALKS

O Brasil vive um momento decisivo com o avanço da PEC 18/25 e do PL 2646/25, que tratam sobre o crime organizado que hoje atua também por meio de fraudes e infiltração em setores estratégicos como combustíveis e GLP.

15 • SETEMBRO

A PARTIR DAS 9H30

Auditório do Correio Braziliense

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Acompanhe o evento presencialmente



Apoio:



Realização:



Produção:

